

Guerra Ucrânia–Rússia: implicações para África num mundo dividido e a atravessar uma policrise global

Alexandra Magnólia Dias | *Público* | 5 de abril de 2022

A crise energética e a crise dos preços dos bens alimentares apresentam-se como catalisadores de instabilidade social particularmente em África. A estas duas crises centrais, desencadeadas pela invasão da Ucrânia pela Rússia, vieram juntar-se o desvio de fluxos de capitais do mundo em desenvolvimento para fazer face à crise humanitária e ao conflito causados pela guerra e à transformação do sistema financeiro global enquanto instrumento diplomático robusto com as sanções, sem precedentes, aplicadas pelo Ocidente à Rússia. Este conjunto de novas crises apresenta desafios acrescidos para a globalização e para a integração numa ordem económica global com implicações para África.

No caso das sanções a instituições financeiras russas as implicações para África são imediatas, e em particular, para Angola. O VTB, bem como as suas posições internacionais como o VTB África, com sede em Angola, estão sob sanções; medida esta que afeta todas as operações e contratos em dólares e euros a partir da data de vigência das mesmas à exceção das operações em moeda nacional angolana: o Kwanza. O VTB África, presidido por Igor Skvortsov, em 2020 concedeu mais de 60 por cento de crédito ao setor mineiro.

No caso das sanções a empresas multinacionais (EMN) russas e a guerra em curso podem vir a afetar a empresa diamantífera russa em Angola e a atrasar o lançamento do ANGOSAT-2 o satélite de telecomunicações que está a ser desenvolvido na Rússia pela Reshtnev Companhia de Sistemas de Satélites de Comunicações. A empresa russa Alrosa tem participação significativa Sociedade Mineira de Catoca (SMC), responsável por 75 por cento da [extração de diamantes angolanos](#), e no Projeto promissor de Luaxe. A SMC é mista, sendo uma subsidiária da companhia diamantífera angolana Endiama (41 por cento), da russa Alrosa (41 por cento) e outras em percentagem menos significativa. No caso de Moçambique a empresa russa Rosneft faz parte de um consórcio envolvido na exploração e produção de hidrocarbonetos detendo 20 por cento, a par com a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos moçambicana, com a Petróleo Qatar, que detém 10 por cento e a maioritária ExxonMobil, que detém 50 por cento. Em que medida as sanções vão afetar o envolvimento da Rússia na exploração de hidrocarbonetos em Moçambique ainda não é claro.

No caso da Rusal, uma das empresas líderes entre os produtores globais de alumínio as sanções afetam as suas atividades na Guiné. Por seu turno, as sanções impostas à ROSATOM podem afetar os contratos para desenvolvimento de tecnologias nucleares com a África do Sul, Nigéria, entre outros. No caso da África do Sul, o Fundo de Energia Central celebrou um acordo a 10 anos no valor de 20 mil milhões com o grupo russo Gazprombank para o desenvolvimento deste tipo de tecnologia. Ainda que este acordo

venha a ser afetado pela guerra a sua importância face às promessas dos doadores tradicionais (União Europeia, Reino Unido e Estados Unidos) de investimento de 8,5 mil milhões de dólares para incentivo à transição energética e abandono do carvão permite compreender o contexto que influencia a tendência da África do Sul para navegar cautelosamente este período fraturante das relações entre a Rússia e o Ocidente sem tomar partido.

A Rússia desde 2007 tem recorrido à narrativa do perdão da dívida aos Estados africanos, herdada da era soviética, no valor de 20 mil milhões de dólares, mais como manifestação de *soft power*. No caso da Etiópia e de Angola o perdão da dívida data dos primeiros anos de 1990, uma vez que foi contraída maioritariamente com fornecimento de equipamento militar aos governos de Adis Abeba e de Luanda, respetivamente, durante as guerras civis no contexto da Guerra Fria. No caso de Moçambique, em 2013 Moscovo e Maputo assinaram um acordo para redirecionar o valor de 114 milhões de dívida para programas de desenvolvimento.

Em momentos de sanções impostas pela UE a Estados africanos em deriva autoritária a Rússia ofereceu o seu apoio ao Zimbabué (1998) e ao Burundi (2008). No caso da Eritreia, Moscovo celebrou um acordo com Asmara para fornecimento de equipamento militar e para uso de um dos portos da Eritreia como base na região de valor geoestratégico do Corno de África, com forte presença da China e dos EUA, bem como de potências emergentes não ocidentais tais como a Turquia, a Arábia Saudita e as monarquias do Golfo. A Eritreia foi o único Estado africano que [votou ao lado da Rússia na resolução da Assembleia Geral da ONU](#) de 2 de março que visava obter a condenação da invasão da Ucrânia pela mesma. Esta aproximação a Moscovo foi possível com o fim das sanções em 2018 que duravam desde 2007, pelo seu apoio ao grupo militante islamista da Somália Al-Shabaab. O interesse da Rússia pela ilha de Nokra, na Eritreia, usada pela antiga [União Soviética](#) durante a Guerra Fria, também pode ter influenciado a decisão de voto da Eritreia.

A tolerância por parte de Moscovo ao recurso a alterações constitucionais para ampliar mandatos presidenciais, à ressurgência de golpes de Estado desde 2021 e a interferência de atores não estatais russos em processos eleitorais em África (Madagáscar e alegações de interferência nas últimas eleições presidenciais em Moçambique) contribui para acentuar a crise das lideranças africanas.

Por fim, o envolvimento de mercenários russos em contextos de conflito em África, nomeadamente o insucesso da Wagner no combate aos militantes islamistas no Norte de Moçambique que levou a baixas de russos entre outubro de 2020 e março de 2021, [a sua presença contínua na Líbia, no Mali, na República Centro-Africana e no Sudão](#) deve ser entendido face a dois objetivos: proteção dos interesses económicos das empresas russas e aposta no decréscimo da influência das antigas potências coloniais em particular de França na África Ocidental.

Estas novas crises desencadeadas pela Guerra Rússia-Ucrânia vêm acentuar a policrise global manifestada na crise climática, no aumento da desigualdade global, no deteriorar

das relações comerciais entre a China e os Estados Unidos, na crise sanitária global associada à pandemia de covid-19 e, finalmente, na crise do multilateralismo que têm contribuído para deteriorar as relações EU-África tal como ficou patente nos reduzidos resultados alcançado na Cimeira de fevereiro de 2022.

As novas crises que aumentam a policrise global paradoxalmente podem conduzir a respostas originadas em África, nomeadamente mediante uma maior evolução do Acordo Continental de Comércio Livre que se pode apresentar como um catalisador de mudanças conducentes a uma maior autossuficiência em relação à crise do aumento dos preços alimentares e na saúde, no que toca à resposta à covid-19. Finalmente, como motor de paz e como forma de mitigar a tendência para a regionalização dos conflitos. A partir destes objetivos centrais, o conjunto dos Estados africanos reúne condições para desenvolver uma política comum face a esta guerra e às implicações das rivalidades crescentes entre grandes potências e potências emergentes.

<https://www.publico.pt/2022/04/05/mundo/opiniao/guerra-ucraniarussia-implicacoes-africa-mundo-dividido-atravesar-policrise-global-2001470>